

PAULA RITZMANN TORRES

Mestre em Direito Internacional pela Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo (USP)

Bolsista no Internship Programme do Tribunal Internacional do Direito do Mar (2014)
Advogada

O TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR

FUNCIONAMENTO, JURISDIÇÃO E JURISPRUDÊNCIA



Belo Horizonte
2019

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clèmerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luis de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dircêo Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Eliane M. Octaviano Martins	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Emerson Garcia	Nelson Rosenvald
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Renato Caram
Florisbal de Souza Del'Olmo	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Frederico Barbosa Gomes	Rodolfo Viana Pereira
Gilberto Bercovici	Rodrigo Almeida Magalhães
Gregório Assagra de Almeida	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Corgosinho	Rubens Beçak
Gustavo Silveira Siqueira	Vladmir Oliveira da Silveira
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Wagner Menezes
Janaína Rigo Santin	William Eduardo Freire
Jean Carlos Fernandes	

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2019.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

Imagem de Capa: Free-Photos (Pixabay.com)

Revisão: Responsabilidade do Autor

341.12251 Ritzmann Torres, Paula. 1164393
 T693t O tribunal internacional do direito do mar: funcionamento, jurisdição e
 2019 jurisprudência / Paula Ritzmann Torres. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019.
 336 p.

ISBN: 978-85-8238-516-6

ISBN: 978-85-8238-517-3 (E-book)

1. Direito. 2. Direito do mar. 3. Tribunal internacional de direito do mar. I. Título.

CDDir - 341.12251

CDD(23.ed.)-343.096

Elaborada por: Fátima Falci
 CRB/6-700

MATRIZ

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
 Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
 Tel: (31) 3031-2330

FILIAL

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé
 São Paulo/SP - CEP 01006-000
 Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
 2019

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XXI
APRESENTAÇÃO	XXV
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
A ESTRUTURA NORMATIVA DO DIREITO DO MAR	6
1.1. OS ALICERCES FILOSÓFICOS DO DIREITO DO MAR	6
1.2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO MAR	12
1.2.1. Das origens do Direito do Mar ao Renascimento: do século VIII A.C. a 1648	12
1.2.2. O Direito do Mar e o Direito Internacional Clássico: de 1648 a 1945	16
1.2.3. O Direito do Mar e o Direito Internacional contemporâneo: a partir de 1945	21
1.3. O SISTEMA DE DIREITO DO MAR NA CONTEMPORANEIDADE	29
CAPÍTULO 2	
A SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS EM DIREITO DO MAR E O TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR	37
2.1. A SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS NA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR	37
2.2. O TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR COMO MECANISMO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA	

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR	41
2.3. O PLANO GERAL DA PARTE XV DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR.....	46
2.4. A NATUREZA JURÍDICA DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR.....	49
2.5. O TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR E A JURISDICIONALIZAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL.....	55
2.5.1. A multiplicação de Tribunais Internacionais e a ascensão do Tribunal Internacional do Direito do Mar	55
2.5.2. O Tribunal Internacional do Direito do Mar é um fator de desordem e evidência da fragmentação do Direito Internacional?.....	59
2.5.3. O Tribunal Internacional do Direito do Mar como expressão da unidade do Direito Internacional.....	62
2.5.4. O Tribunal Internacional do Direito do Mar como expressão da coerência do Direito Internacional	66

CAPÍTULO 3

A JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR	72
3.1. A JURISDIÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL	72
3.1.1. O conceito de jurisdição no Direito Internacional.....	72
3.1.2. A jurisdição no Direito Internacional sob a ótica dos Tribunais Internacionais	78
3.2. A JURISDIÇÃO CONTENCIOSA DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR: ASPECTOS PROCESSUAIS.....	80
3.2.1. A organização do Tribunal Internacional do Direito do Mar.....	80
3.2.2. A jurisdição principal e a jurisdição acessória do Tribunal Internacional do Direito do Mar	85
3.2.3. Condições para o exercício da jurisdição do Tribunal Internacional do Direito do Mar	89
3.2.4. A jurisdição acessória do Tribunal Internacional do Direito do Mar.....	98
3.2.4.1. Princípio <i>kompetenz-kompetenz</i>	98
3.2.4.2. Medidas provisórias	101
3.2.4.3. Pronta libertação de embarcações e das suas tripulações	106
3.2.4.4. Procedimento preliminar sobre alegação de abuso de processo ou pedido <i>prima facie</i> infundado	112
3.2.4.5. Reconvenção.....	115
3.2.4.6. Intervenção.....	116
3.2.4.7. Revelia.....	120

3.2.4.8. Trâmites do processo e despesas para as partes.....	122
3.2.4.9. Desistência	123
3.2.4.10. Medidas reparatórias.....	124
3.2.4.11. Jurisdição acessória posterior aos casos.....	127
3.3. A JURISDIÇÃO CONSULTIVA DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR.....	130

CAPÍTULO 4

A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR.....	137
4.1. A COMPETÊNCIA <i>RATIONE LOCI</i>	137
4.2. A COMPETÊNCIA <i>RATIONE TEMPORIS</i>	138
4.3. A COMPETÊNCIA <i>RATIONE PERSONAE</i>	139
4.3.1. O acesso ao Tribunal Internacional do Direito do Mar por Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.....	140
4.3.2. O acesso ao Tribunal Internacional do Direito do Mar por Estados não Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.....	145
4.3.3. O acesso ao Tribunal Internacional do Direito do Mar por entidades não estatais.....	145
4.4. COMPETÊNCIA <i>RATIONE MATERIAE</i>	151
4.4.1. A competência <i>ratione materiae</i> compulsória: extensão e limites.....	152
4.4.1.1. Os limites automáticos à competência compulsória do Tribunal Internacional do Direito do Mar previstos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	153
4.4.1.2. As exceções facultativas à competência compulsória do Tribunal Internacional do Direito do Mar previstas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	160
4.4.1.3. Outras hipóteses de exercício da competência compulsória do Tribunal Internacional do Direito do Mar	165
4.4.2. Competência por acordo das partes.....	169
4.4.3. A competência do Tribunal Internacional do Direito do Mar e a lei por ele aplicável.....	173

CAPÍTULO 5

A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR.....	177
5.1. OS CASOS SUBMETIDOS AO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR.....	177
5.1.1. Caso M/V Saiga (n.1).....	177
5.1.2. Caso M/V Saiga (n.2).....	180

5.1.3. e 5.1.4 Caso do atum da barbatana azul do sul (n. 3 e 4).....	183
5.1.5. Caso Camouco (n. 5).....	186
5.1.6. Caso Monte Confurco (n. 6).....	188
5.1.7. Caso sobre a conservação e exploração das populações de peixe-espada no sudeste do Oceano Pacífico (n. 7).....	190
5.1.8. Caso Grand Prince (n. 8).....	192
5.1.9. Caso Chaisiri Reefer 2 (n. 9).....	194
5.1.10. Caso Mox Plant (n.10).....	196
5.1.11. Caso Volga (n.11).....	199
5.1.12. Caso da reclamação de terra por Singapura no e ao redor do Estreito de Johor (n. 12).....	202
5.1.13. Caso Juno Trader (n. 13).....	204
5.1.14. Caso Hoshinmaru (n. 14).....	206
5.1.15. Caso Tomimaru (n. 15).....	208
5.1.16. Caso da disputa sobre a delimitação de fronteira marítima entre Bangladesh e Myanmar na Baía de Bengal (n. 16).....	210
5.1.17. Parecer consultivo submetido à Câmara de Controvérsias sobre os Fundos Marinhos sobre as responsabilidades e obrigações dos Estados patrocinadores de pessoas e entidades no que diz respeito às atividades na Área (n. 17).....	217
5.1.18. Caso M/V Louisa (n. 18).....	220
5.1.19. Caso M/V Virginia G (n. 19).....	223
5.1.20. Caso ARA Libertad (n. 20).....	226
5.1.21. Parecer consultivo submetido pela Comissão Sub-Regional de Pesca sobre pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (n. 21).....	229
5.1.22. Caso Arctic Sunrise (n.22).....	231
5.1.23. Caso da disputa sobre a delimitação da fronteira marítima entre Gana e Costa do Marfim no Oceano Atlântico (n. 23).....	234
5.1.24. Caso do incidente Enrica Lexie (n. 24).....	240
5.1.25. Caso M/V Norstar (n. 25).....	243
5.1.26 Caso sobre o apresamento de três navios militares Ucrânicos (n. 26).....	246
5.1.27 Caso M/T San Padre Pio (n. 27).....	249
5.2. OS PRECEDENTES DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR DO DIREITO DO MAR.....	251
5.2.1. O Tribunal Internacional do Direito do Mar e o Direito do Mar.....	254
5.2.2. O Tribunal Internacional do Direito do Mar o Direito Internacional Geral.....	258
5.2.3. O Tribunal Internacional do Direito do Mar e o Direito Internacional Processual.....	260

5.2.4. O Tribunal Internacional do Direito do Mar e o Direito Internacional Ambiental.....	265
5.2.5. O Tribunal Internacional do Direito do Mar e o Direito Internacional Econômico.....	271
5.2.6. O Tribunal Internacional do Direito do Mar e o Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	275
5.3. A EXTENSÃO DA ATUAÇÃO DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS.....	280
CONCLUSÃO.....	286
REFERÊNCIAS.....	290